

# Diário do Legislativo de 16/06/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Solenidade Realizada na 47ª Reunião Ordinária Interrompida da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente

1.3 - 36ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 10/6/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Getúlio Neiva - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA INTERROMPIDA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/6/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Entrega de placa - Palavras da Sra. Alice Lorentz de Faria - Apresentação musical - Lançamento de livro - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Alice Lorentz de Faria, Presidente da ONG Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri; e os Exmos. Srs. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Integrada, representando o Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho; Vereador Leonardo Mattos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Deputados Sávio Souza Cruz, Getúlio Neiva e Fábio Avelar, este, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. Odair Santos Júnior, engenheiro, representando Gilson Queiroz, Presidente do Crea-MG; da Exma. Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; e dos Exmos. Srs. Eduardo Tavares, Diretor-Presidente do Instituto Hou-Mover de Paracatu; Fausto Mesquita Ximenes, Prefeito Municipal de Três Corações; Jander Filaretti, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Contagem; Cristiano Silva de Carvalho, Secretário Municipal de Meio Ambiente de São Joaquim de Bicas; e Evandro Xavier, Presidente da Fundação Zoobotânica.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Copasa, sob a regência da maestrina Eliane Fajoli.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-tarde a todos. Quero inicialmente cumprimentar o Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, que representa, nesta solenidade, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa. Com muita satisfação quero cumprimentar a nossa querida homenageada, a Sra. Alice Lorentz de Faria Godinho, Presidente da ONG Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, e o Exmo. Sr. Ilmar Bastos, Subsecretário de Gestão Integrada da Secretaria de Meio Ambiente, que representa, nesta solenidade, o Secretário José Carlos de Carvalho.

Cumprimento ainda o Vereador Leonardo Mattos, que representa a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o colega Deputado Sávio Souza Cruz, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Presidente da Comissão de Minas e Energia desta Casa, e os demais Deputados presentes - Carlin Moura, Domingos Sávio, Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Rômulo Veneroso - e outros que já estiveram aqui e certamente retornarão; o Sr. Antônio Alcides, Secretário da Barra Longa; nosso querido amigo Julinho, ex-Prefeito da cidade de São Francisco de Paula, e Paulino, seu Vice-Prefeito; o Vereador Flávio Ribeiro, de Barra Longa; Wilson Tavares, representando o Prefeito de Cristiano Otôni; os demais Prefeitos presentes, na pessoa do Doraci, Prefeito de Alpercata, e na do Faustino, Prefeito de Três Corações; os Vereadores de Alpercata e de São Francisco de Paula; o Marcinho, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, nossa querida Abes; o Getúlio, representante do IEF; meu querido amigo Evandro, representando a Prefeitura, pelo Departamento de Zoobotânica; os nossos colaboradores do gabinete, que nos auxiliaram nesta homenagem, e todos os que nos ajudaram na organização desta solenidade - refiro-me à assessoria desta Casa, com sua costumeira boa vontade.

Faço um agradecimento muito especial à Copasa, por estar mais uma vez entre nós. Se não me engano, já é o terceiro ou quarto ano que comemoramos este dia, sempre com a presença do Coral da Copasa, que sempre abrilhanta a nossa solenidade e é presença constante nesta Casa. Recebam nossos agradecimentos pelo carinho de estarem aqui e levem, por favor, à diretoria da Copasa o nosso agradecimento. Quero cumprimentar ainda os funcionários da Copasa e as lideranças comunitárias presentes. Boa-tarde a todos; sejam bem-vindos.

Quero fazer uma referência a todos vocês que vieram participar conosco nesta tarde maravilhosa, em que procuramos fazer uma reflexão sobre a questão ambiental e, na oportunidade, homenagear as pessoas ou entidades que prestaram ou prestam um grande serviço à questão ambiental. Esse tem sido o objetivo desta Casa, tendo-se tornado uma tradição a comemoração dessa tão importante data, ainda que não no dia exato, em virtude das várias comemorações já programadas, mas sem deixar passar essa oportunidade de comemorar uma data tão importante para todos nós.

Meu senhores, minhas senhoras, telespectadores da TV Assembleia, senhores da imprensa, como nos anos anteriores, mais uma vez a Assembleia Legislativa cumpre os seus objetivos institucionais, no tocante à comemoração de datas e ocasiões significativas para a sociedade, bem como no reconhecimento oficial do mérito daqueles que trabalham continuamente pelo bem comum.

Neste mês de junho, como disse anteriormente, as nações em geral, no dia 5 e ao longo do período, procedem às comemorações alusivas ao meio ambiente. Em todo o mundo acontecem eventos diversos mobilizando milhões de pessoas. É reconfortante e motivador constatar, a cada dia, um contingente maior de pessoas, inclusive crianças e jovens, participando de manifestações variadas em defesa da causa ambiental.

De nossa parte, estamos aqui reunidos para também celebrar a ocasião, assim como para homenagear um ambientalista, pelo muito que tem

feito por essa causa.

Aliás, em termos de Brasil, é sempre bom lembrar que, desde 1981, esse tema formalmente ocupa lugar de destaque nas prioridades nacionais. Entre outras razões, foi por isso que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi ainda mais fortalecida na Constituição de 1988, que nos legitimou para sediarmos, em 1992, a conferência do Rio. Esta, por sua vez, elegeu a Agenda 21 como instrumento de construção do desenvolvimento sustentável para conter a degradação ambiental e permitir a continuidade da vida no planeta. A Agenda 21 global apontou as condições da ordem mundial necessárias para a viabilização do desenvolvimento sustentável e estabeleceu os princípios para a construção das Agendas 21 de países, regiões, Estados e cidades, de modo que a adoção da sustentabilidade por todos os cidadãos do mundo pudesse mudar os rumos do crescimento econômico global, ambientalmente predatório e socialmente excludente.

A par desses acontecimentos, é necessário dizer que, particularmente no Brasil e em Minas Gerais, a sociedade já contava, desde meados do século passado, com idealistas ambientais. Esses verdadeiros cruzados dessa luta muito fizeram pela formação de uma consciência individual e coletiva, que hoje apresenta resultados positivos concretos.

Atualmente, é animador acompanhar o extraordinário trabalho empreendido pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente, tendo à frente o Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. É também motivo de satisfação ouvir as palavras do Governador Aécio Neves, que, em recente entrevista à TV Minas, comentava que Minas Gerais tem hoje a legislação e a fiscalização ambientais mais rígidas da Federação. É bom saber que nosso Estado ainda possui uma das maiores áreas preservadas do Brasil e que diversos projetos ambientais estão em andamento, contando com os recursos financeiros necessários a sua implantação.

Permito-me citar como exemplo a Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão, uma entidade não governamental, que se tornou um dos projetos estruturadores do governo de Minas. O objetivo do projeto é a promoção do saneamento básico e o tratamento dos esgotos na Bacia do Rio das Velhas. Pretende-se, com isso, oferecer aos mineiros um Rio das Velhas no qual seja possível navegar, pescar e nadar, no trecho entre a foz do Rio Itabirito e o Ribeirão Jequitibá, na região metropolitana. Nesse empreendimento já foram investidos pela Copasa e pelos demais órgãos do sistema cerca de R\$570.000.000,00, e até 2010 serão investidos mais R\$750.000.000,00. No total serão investidos R\$1.300.000.000,00, aplicados em 173 obras, entre estações de tratamento, redes coletoras e interceptoras, o programa Caça-Esgoto, em Belo Horizonte, além de unidade de tratamento de resíduos em Bela Fama, Nova Lima. Trata-se de uma unidade de tratamento do efluente de uma estação de tratamento de água.

Cabe comentar que, em recente expedição de integrantes do Projeto Manuelzão ao longo do Rio das Velhas, no trecho já citado, os depoimentos dão conta de que os resultados alcançados são altamente positivos. No dia 5, quando comemorávamos o Dia Mundial do Meio Ambiente no Palácio do Governo, o Projeto Manuelzão foi recebido pelo Governador Aécio Neves em solenidade. Um dos temas do encontro foi exatamente a apresentação do projeto pelo seu coordenador, Prof. Apolo, ao lado de Poliana.

Tiveram oportunidade de fazer um longo depoimento sobre a situação do Rio das Velhas nessa segunda expedição, que teve a duração de quase um mês. Foi-nos informado pelos integrantes da expedição que o Rio das Velhas já está, visivelmente, apresentando melhoras significativas. É um projeto que foi muito bem-sucedido e um exemplo a ser seguido. Aliás, já vem sendo seguido em várias regiões do nosso querido Brasil. Tudo isso, senhoras e senhores, encoraja-nos e faz crescer a nossa fé num futuro de progresso com a preservação do meio ambiente.

A partir deste momento, dar-se-á um seguimento de grande importância nesta solenidade. Trata-se da homenagem prestada, a cada ano, a um ambientalista que, por seus projetos e obras, merece ter o seu mérito reconhecido pelo povo mineiro, através dos seus representantes. Lembro que, no ano passado, tivemos a honra de homenagear uma das pessoas mais relevantes na questão ambiental em Minas: o nosso querido e saudoso Prof. Hugo Werneck. Neste ano, a homenagem é dirigida a uma mulher, ratificando assim o espaço que, com justiça, as mulheres vêm conquistando em nosso meio. A homenageada em 2009 é a Profa. Alice Lorentz de Faria Godinho.

A Profa. Alice é formada em Matemática, com pós-graduação em Gestão e Educação Ambiental, tendo lecionado Didática de Ciências e Francês no Colégio Estadual de Teófilo Ottoni. Foi Presidente do Codema de Teófilo Ottoni durante três mandatos – de 2000 a 2006 - e criou, em 2003, a ONG Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, sendo a sua atual Presidente. Como precursora dos movimentos em defesa do meio ambiente na bacia hidrográfica do Rio Mucuri, é a Presidente interina do Comitê da Bacia e Coordenadora do Processo Eleitoral para a eleição da diretoria dele. Também organizou e participou da expedição no Rio Todos os Santos com o objetivo de iniciar um processo de mobilização para a implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Mucuri e buscar a participação da sociedade, dos órgãos governamentais e das empresas. Com o apoio do governo do Estado, na presença de diversas autoridades, lançou, na Assembleia Legislativa, o livro "Relatório da expedição do Rio Todos os Santos". Em 2007 realizou a Expedição Mucuri, cujo livro-relatório, aprovado pela Lei Rouanet, se encontra em fase de levantamento de dados. A Profa. Alice acredita que o meio ambiente é o reflexo de nossa vida. "O meio ambiente somos nós", afirma.

Natural de Belo Horizonte, era seu costume, desde a adolescência, atravessar a mata atlântica em direção às praias de Alcobaca, na Bahia. Casou-se com Lilá Baratta Godinho e teve nove filhos. Reside em Teófilo Ottoni desde 1953 e, ao longo dos anos, assistiu à devastação da mata que tanto a encantava.

Em menos de 50 anos, instalaram-se na região progressivos ciclos econômicos que levaram a um passivo ambiental de difícil recuperação. Viu o rio subir e levar a casa onde morava. Hoje, dedica a sua vida à militância ambiental. Recebeu, em 2006, votos de louvor da Câmara Municipal de Teófilo Ottoni pelos valiosos serviços prestados ao Município e à região.

Além disso, tem assento no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental na Supram Leste e no Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Os nossos parabéns à Profa. Alice. Desejamos que a grandeza do seu exemplo e da sua contribuição permaneçam como modelo a ser seguido por todos, especialmente as atuais e futuras gerações, que muito se beneficiarão dos frutos do seu extraordinário trabalho.

Os meus cumprimentos à nossa homenageada e votos de muitas realizações, que certamente virão para o bem de todos nós. Felicidades, Profa. Alice, nossa justa homenageada com todo o mérito e louvor, para a qual peço uma calorosa salva de palmas.

Ao finalizar estas minhas palavras, gostaria de fazer uma referência à família da nossa ilustre homenageada, tão numerosa, com nove filhos. Portanto registro, com satisfação, a presença de Adriana, Cristiana, Giselle, Rossandra, Alexandre e Marco Júnior e dos netos Mariana e Pedro. Parabéns a todos pela família maravilhosa que formam.

Antes de encerrar, neste momento tão importante para todos nós, não poderia deixar de dizer que lançaremos, ainda nesta solenidade, a segunda edição do nosso livro, que tem uma coleção temática da legislação do Estado de Minas Gerais. Portanto, é um documento muito importante, que foi elaborado por equipe da Casa em conjunto com todos os Deputados. Queria fazer uma referência especial ao Deputado Sávio Souza Cruz, nosso ex-Presidente e atual Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que realizou um trabalho muito importante. Além disso, fez um esforço extraordinário para a conclusão deste trabalho, que, aproveitando esta data tão importante, lançaremos

formalmente durante esta solenidade.

Sr. Presidente, queria, mais uma vez, agradecer a todos a presença. Aliás, antes do início da nossa solenidade, comentávamos o prestígio da nossa homenageada. Todos sabemos que não é fácil, num dia comum de trabalho, conseguir, numa tarde de terça-feira, contar com a presença de tantas autoridades, pessoas ilustres, preocupadas e voltadas para a questão ambiental. Esse orgulho também é nosso, Sra. Alice, nossa querida homenageada, de compartilhar da alegria de todos pela justa homenagem que esta Casa lhe presta. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à Sra. Alice Lorentz de Faria de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "O Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em dia 5 de junho, lembra-nos a relevância da luta pela preservação das águas, da flora, da fauna, da vida, enfim. Essa luta, que exige o empenho de cada um de nós, tem marcado a trajetória de Alice Lorentz de Faria Godinho, para a qual "o meio ambiente é o reflexo de nossas vidas, de nossas formas de pensar e de agir; o meio ambiente somos nós". A homenagem e o agradecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais a essa brava mulher, um ícone da militância ambiental".

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Convido o Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento, para que também faça a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos também para prestar a sua homenagem a Sra. Maria Dalce Ricas, representante da Amda, e a Sra. Sônia de Souza Lima, representante do Fórum Mineiro de Comitês e do Igam.

- Procede-se à entrega de flores.

#### Palavras da Sra. Alice Lorentz de Faria

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, autoridades presentes, amigos, Exmo. Sr. Deputado José Henrique, representante do Presidente desta Casa, em cuja pessoa cumprimento os demais integrantes da Mesa.

Nunca tive uma familiaridade muito grande com microfone, por isso de vez em quando costumo brigar com ele. Veremos como é o ensaio.

Receber a comunicação do Deputado Fábio Avelar sobre essa homenagem foi, no primeiro momento, uma grande surpresa e até mesmo uma certa perplexidade. Lembrei-me imediatamente de nomes como Apolo Heringer, Neneco, Maria Dalce, Regina Greco, Tonhão, Catatau, Mauro da Costa Val, Mário Dantas e tantos outros nos quais tenho buscado espelhar-me e que, ao longo dos anos, têm sido mestres sempre presentes no nosso aprendizado cotidiano. Aos poucos passei a entender essa homenagem como um reconhecimento não a Alice Godinho, mas a todos aqueles que, afastados dos grandes centros urbanos, nos mais diversos rincões desse nosso Estado, uniram-se sacerdotes e sacerdotisas para cumprir a missão sagrada de defender a vida. São tantos, senhoras e senhores, muitas vezes anônimos, que, com um amor imenso e uma generosidade sem tamanho, doam seu tempo, seus conhecimentos, seu tempo de lazer e de convivência com a família e amigos com a certeza de que lhes cabe uma tarefa que deve ser de cada um de nós, mas que é tão esquecida por tantos. Longe dos grandes centros de excelência, de assessorias qualificadas e, muitas vezes, com poucos conhecimentos técnicos ou científicos, têm como arma um amor profundo pela natureza e um profundo senso de responsabilidade para com as gerações futuras.

Repartimos, pois, essa homenagem com todos aqueles que a ela têm direito; as ONGs de cada canto de Minas Gerais, nossos companheiros dos comitês e comissões de bacias hidrográficas, nossos amigos do Fórum de ONGs. Com todos aqueles que, desanimados pelo avanço criminoso da degradação ambiental, que vem crescendo em progressão geométrica e com a morosidade das soluções, que acontecem em passo de tartaruga, respiram fundo, retomam as armas e continuam na luta. Essa homenagem que hoje recebemos em nome de todos é, com certeza, um estímulo para que cada um, à sua maneira, continue uma luta que não nos permite pensar em derrota. Para que haja futuro só temos uma alternativa: ganhar e ganhar. Caso contrário, a vida, a beleza e o amor estarão extintos, quem sabe, talvez, em data não tão remota.

Ao Deputado Fábio Avelar os agradecimentos do Vale do Mucuri pela oportunidade de aqui fazermos ouvir a nossa voz. Durante longos anos, aquela foi uma região esquecida por sucessivas administrações. Estamos esperançosos hoje na orientação do Governador Aécio Neves para que seja corrigida essa postura madrastra do Estado com o Mucuri. Temos novas esperanças e fé de que é chegada a nossa hora. Tivemos a felicidade, ainda criança, de conhecer a beleza pitoresca da paisagem, a alegria e o companheirismo generoso do povo daquela terra quando, em caravana, buscávamos as praias de Alcobaça, mineiros que somos em constante nostalgia do mar.

Em menos de 50 anos fomos testemunha ocular da destruição de uma luxuriante mata atlântica que deslumbrava profundamente os meus jovens olhos, tão urbanos.

Essa foi a inspiração do Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri: a lembrança daquele tempo em que éramos ricos e não sabíamos, daqueles tempos em que abrimos mão da beleza, de riquezas, de patrimônio que não nos pertencia, mas que nos era concedido, emprestado por aqueles que ainda virão.

E assim temos trabalhado, buscando mudar esse quadro, com a recuperação histórica e cultural da Bacia Hidrográfica do Mucuri, fazendo do nosso comitê de bacia um instrumento de trabalho capaz de atuar com propostas de viabilidade sustentável para a região, sempre priorizando os cuidados e a preservação das nossas águas; buscando descobrir a vocação da região para ali implantarmos projetos de sustentabilidade. Temos a certeza de que não conseguiremos preservar ou recuperar o meio ambiente se a população envolvida não sentir que existe a possibilidade de viver com dignidade, o que é direito de todos.

Queremos, sim, que o Mucuri seja um exemplo de recuperação ambiental, de preservação e cuidados com as nossas águas; que se transforme em um exemplo para o Estado e, quiçá, para o mundo, na construção de uma prosperidade ambientalmente sustentável e de paz para todos.

Não devo deixar passar a oportunidade de um testemunho público do quanto avançamos na gestão das nossas águas. Nos últimos sete a oito anos, tivemos ganhos muito mais significativos do que admitem muitos de nós. Esta é, sim, pela força e empenho do Dr. José Carlos Carvalho, uma gestão participativa, onde temos assento através do Fórum de Comitês e do Fórum de ONGs e onde nos é dada a liberdade de questionar, sugerir, reclamar. Podemos até não ser atendidos de pronto, mas acredito que, à medida que formos avançando, os comitês e a sociedade civil terão todas as possibilidades de exercer suas funções com o êxito desejado. Necessitamos - e este é um passo decisivo para aquilo que pretendemos em relação à proteção das nossas águas - que se efetive mais rapidamente a sonhada integração dos sistemas de meio ambiente

e de recursos hídricos, o que dará qualidade e incontestabilidade aos nossos tão questionados licenciamentos ambientais.

Lembro ainda que é no solo dos Municípios que as ações efetivamente acontecem. Apesar de tantas limitações e dificuldades, os Municípios estão compreendendo a importância da integração para o resgate das riquezas de cada bacia hidrográfica. É necessário e urgente o apoio e o incentivo aos Municípios para que se capacitem tecnicamente e se tornem parceiros e atores na construção e implementação de diretrizes dos planos de bacia, consolidando definitivamente a noção de pertencimento à sua bacia hidrográfica.

Aos Srs. Deputados presentes queremos falar da enorme responsabilidade que têm, aqui e agora, com os nossos filhos e netos. Cabe-lhes a responsabilidade de legislar e a vigilância dos atos, às vezes malconduzidos, dos nossos gestores.

O futuro está, sim, Srs. Deputados, nas mãos de cada um. É necessário que, no acerto de contas com as futuras gerações, nada tenhamos a lamentar. Peço-lhes, em favor dos nossos ruralistas, dos nossos madeireiros, dos nossos empreendedores da siderurgia, de alguns desses setores, que se mantenham firmes na defesa das nossas matas nativas, pois estarão, Srs. Deputados, defendendo os insumos que lhes permitirão continuar com as suas atividades. Muitos deles ainda não sabem disso, e talvez seja necessário defendê-los de seus próprios erros ou enganos.

Agradecendo a generosidade e o carinho recebido, quero repetir as palavras de Gustavo Corção: "Nenhum homem (ou mulher) é uma ilha", e por isso não cheguei aqui sozinha. São parceiros do nosso trabalho, encorajando, aplaudindo, criticando quando necessário, orientando e até tendo compreensão com as nossas impaciências o Núcleo de Apoio aos Comitês de Bacias do Igam, os diversos órgãos do Sisema, a Copasa e a Cemig, nossas parceiras de primeira hora, e todas as Prefeituras do Vale do Mucuri.

Com muito carinho, relembramos aqui o Lesser Lauer, Felipe Gouveia Guedes, Pedro Miglio, Eduardo Marx, Marco Antônio Fernandez, Ivanilde Cassimiro, Júlio Laender, Sigrid Tomich, Silvana Torquato, Ruth Negreiros, Bruno Balarini, Sonia Neiva, Eduardo Miranda. Todos eles sonharam conosco todos os nossos sonhos e hoje nos ajudam a construir realidades. Muito obrigada a todos.

Antes de terminar, queria deixar uma homenagem ao Dr. José Carlos Carvalho, que, com a confiança que nos deu, permitiu-nos tentar chegar às estrelas, que, embora longínquas, continuam brilhando, aquecendo o coração e justificando os nossos sonhos. Obrigada a todos.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da Copasa, que, sob a regência da maestrina Eliane Fajoli, apresentará as canções "Penas do Tiê", de Heckel Tavares, e "Planeta Água", de Guilherme Arantes.

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Alice Lorentz de Faria - Nem sempre sou muito protocolar e por isso não me acanho nem um pouquinho de, se for o caso, estar quebrando o protocolo para cumprimentar e agradecer a pessoas que me são muito caras, que muito admiro dentro desta Casa.

Peço o apoio do Juscelino, do Pedro e do Sabino, pois tenho receio de deixar algum nome sem citar. Portanto, peço aos três que levem o meu muito obrigado, o meu reconhecimento e o meu carinho, pela longa jornada em que estivemos juntos nesta Casa, em que todos se pautaram por um excelente profissionalismo, por uma capacidade enorme de atender aquilo de que necessitávamos. Muito obrigada, obrigada pelos longos anos de convivência, pelo carinho e pela competência de vocês. Não se esqueçam de passar aos outros o meu carinho.

#### Lançamento de Livro

O locutor - Neste momento o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, procederá ao lançamento oficial do livro "Meio Ambiente", segundo volume da Coleção Temática da Legislação do Estado de Minas Gerais, com a entrega do primeiro exemplar ao Sr. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Integrada, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho.

- Procede-se à entrega do livro.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sra. Alice Lorentz de Faria Godinho, Presidente da ONG Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri; Dr. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Meio Ambiente, representando o Secretário de Meio Ambiente, Dr. José Carlos Carvalho; Exmo. Sr. Vereador Leonardo Mattos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Deputado Getúlio Neiva; Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta comemoração; senhoras e senhores, a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente sempre nos incita a refletir sobre as questões relacionadas à preservação dos recursos naturais, às relações do homem com a natureza, ao legado de qualidade de vida para as futuras gerações. São diversos e preocupantes os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente, como as alterações climáticas, a devastação das florestas, a degradação dos solos, o assoreamento dos rios, a poluição hídrica e atmosférica, a escassez da água.

As secas e as enchentes, como as que têm ocorrido com frequência no Brasil, causando perdas econômicas e humanas, principalmente entre as populações mais carentes, fazem parte de uma cadeia de desastres ecológicos que só podem ser evitados por um processo de mudança de comportamento que envolva os poderes públicos, os setores produtivos e o conjunto da população.

Atenta a essas questões, a Assembleia Legislativa de Minas, por meio de sua Comissão de Meio Ambiente, há muito vem mantendo como prioritária a discussão dos problemas ambientais, promovendo ciclos de debates, fóruns técnicos, seminários, debates públicos e visitas ao interior do Estado, com a finalidade de aprimorar as leis e as políticas públicas voltadas para o setor. Um exemplo desse trabalho é a tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade. A discussão do tema torna-se especialmente oportuna com a divulgação recente de que Minas é o Estado brasileiro com maior área de desflorestamento de mata atlântica, tendo perdido mais de 32.000ha desse bioma entre os anos de 2005 e 2008.

O objetivo do projeto, no qual o Parlamento leva em conta as repercussões para todos os setores envolvidos, é aprimorar a legislação em vigor, de maneira a garantir a sustentabilidade das atividades de base florestal, de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Com o mesmo propósito, uma comissão especial criada pela Casa debateu, durante vários meses, a utilização do solo e do subsolo das Serras da Calçada e da Moeda, localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, potencialmente propícias à extração mineral e à atividade ecoturística, ao mesmo tempo em que constituem valioso patrimônio arqueológico, espeleológico e natural.

O relatório da comissão, depois de ouvidas e analisadas as ponderações de moradores de condomínios e entidades ambientalistas, de um lado, e de empresas mineradoras, de outro, foi aprovado no final do mês de maio, com uma série de recomendações com vistas a conciliar os interesses em pauta, e irá acelerar, com seus subsídios, a tramitação de três proposições sobre o tema, em estudo na Casa desde 2007.

Registre-se ainda como ação atual que reflete as preocupações da Assembleia com o meio ambiente a reativação da Cipe São Francisco e da Cipe Rio Doce, comissões que reúnem parlamentares de vários Estados com o objetivo de promover estudos sobre o desenvolvimento sustentável das bacias dos dois mananciais hídricos.

Consideramos também relevantes duas ações do Parlamento na área ambiental decorrentes do seminário legislativo "Minas de Minas", que realizamos no ano passado. A primeira foi a criação, no último mês de dezembro, da Comissão Permanente de Minas e Energia nesta Casa. A segunda é a Cipe da Mineração, comissão em fase de formalização, a ser composta por parlamentares de Minas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba e Roraima, destinada a promover estudos sobre o desenvolvimento da atividade minerária e a preservação ambiental.

Esta solenidade é também oportuna para comemorarmos os resultados concretos e iniciativas que visam reverter a degradação dos recursos naturais em nosso Estado. Destacamos, entre eles, a melhora da qualidade das águas do Rio das Velhas, com retorno de várias espécies de peixes, objeto do projeto estruturador do governo Meta 2010, debatido e aprimorado em audiência pública nesta Casa.

Alegra-nos igualmente prestar homenagem à ambientalista Alice Lorentz de Faria Godinho, pelo exemplo de toda uma vida dedicada à defesa dos recursos naturais, particularmente à recuperação das bacias dos Rios Todos os Santos e Mucuri. Temos ainda a satisfação de fazer o lançamento do livro da coleção temática da Assembleia, que contém, de forma objetiva e ordenada, a legislação estadual sobre o meio ambiente, editada entre os anos de 1954 e 2008. Fruto de minucioso trabalho de pesquisa, esta obra, de fácil consulta, possibilita a todos os interessados uma compreensão abrangente das normas relacionadas ao tema.

Reiteramos, por fim, a determinação desta Casa de manter atenção especial aos assuntos referentes ao meio ambiente, procurando sempre, em parceria com os demais Poderes e com os segmentos organizados da sociedade, contribuir para que o Estado continue avançando nas políticas públicas voltadas para o setor. Muito obrigado.

#### ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/6/2009

Presidência dos Deputados José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questões de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.089/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, solicitei questão de ordem, pedindo licença aos ilustres Deputados desta Casa, para fazer um registro importante. Hoje, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais completa 234 anos de existência. Os dois Regimentos de Cavalaria de Minas foram criados no dia 9/6/1775, e, ao longo de mais de dois séculos, Sr. Presidente, a Polícia Militar de Minas Gerais vem prestando relevantes serviços à população do Estado. Portanto eu não poderíamos deixar de fazer tal registro nesta data tão especial, 9 de junho, quando foi criada a Polícia Militar. Quero dizer, Sr. Presidente, que nesta Casa há dezenas de parlamentares que, por diversas vezes, ocuparam esta tribuna para elogiar e cumprimentar a Polícia Militar pelos seus relevantes serviços prestados. Hoje, exatamente neste momento, a Polícia Militar, pelo Cel. Renato Vieira de Souza, atual Comandante-Geral da corporação, está homenageando, na Academia de Polícia, diversas autoridades civis e militares. Portanto não poderíamos deixar de registrar esta data tão especial. Aliás, diria que a Polícia Militar tem participado de toda a história deste Estado, e a própria história deste Estado se confunde com a história da Polícia Militar de Minas Gerais. Sr. Presidente, lembro que a Polícia Militar está presente em 853 Municípios e em mais de 200 Distritos de nosso Estado. Trata-se de uma instituição que socorre, assiste e defende a população nos seus momentos mais difíceis. Registro: são 24 horas por dia atendendo ao povo de Minas Gerais. Portanto, repito, não poderíamos deixar de fazer esse registro especial à Polícia Militar de Minas Gerais, enviando um recado ao seu Comandante-Geral, Cel. Renato Vieira de Souza, externando certamente a vontade deste Parlamento de homenagear a Polícia Militar por duas vezes nesta Casa, a requerimento deste Deputado. Mais uma vez, parabenizo os homens e as mulheres da Polícia Militar de Minas Gerais, que, durante 234 anos, vem socorrendo e assistindo a população de Minas Gerais. Sr. Presidente, deixo aqui registrado a nossa questão de ordem. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, gostaria de apresentar uma questão de ordem regimental, com base no art. 53 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e nos incisos VIII, XIV e LV do art. 5º da Constituição da República, em desfavor de uma publicação que a Mesa aprovou nesta tarde, uma vez que a Decisão da Mesa lida hoje declara a perda do mandato da Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça, conforme os seguintes fatos. Conforme o art. 53 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas, que dispõe sobre a perda do mandato, e com base no art. 5º da Constituição da República, que dispõe, entre outros, que todos são iguais perante a lei; em seu inciso VIII, que ninguém será privado de direitos; em seu inciso XIV, que é assegurado a todos o acesso à informação; e ainda em seu inciso LV, que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Considerando ainda que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais fez prevalecer o seu Regimento Interno, deixando muito claro, nesta minha exposição, que não se trata de uma insurgência contra uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, mas, sim, de assegurar a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o Regimento Interno desta Casa e a Constituição da República, que assim o fez, ofertando-os à Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça; que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais fez prevalecer seu Regimento Interno em face de decisão exarada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que diz que a referida Deputada apresentasse defesa com elementos que pudessem afastar a prevalência da Justiça Eleitoral. Considerando ainda, Sr. Presidente, conforme dispõe o art. 53 do nosso Regimento Interno, que a perda do mandato parlamentar só deverá ser decidida pelo Plenário desta Casa, considerando que o parecer oferecido pelo nobre Deputado José Henrique, designado relator, que concluiu pela perda do mandato da referida Deputada, não foi de conhecimento deste Plenário, requer este Deputado seja imediatamente tornada sem efeito legal a decisão exarada pela Mesa da Assembleia, a ser publicada no "Minas Gerais" de amanhã, sob pena de descumprimento do inciso LV do art. 5º da Constituição da República, que assegura aos litigantes todos os direitos do contraditório e ampla defesa, uma vez que a referida Deputada Maria Lúcia Mendonça apresentou sua defesa escrita, Sr. Presidente, ou seja, não foi realizada sua oitiva pessoal para que a parlamentar abordasse todos os temas e praticasse seu direito de ampla defesa e contraditório. Requer, ainda, seja ofertada ao Plenário desta Casa, a Decisão da Mesa para que este Parlamento tenha a certeza de que a referida Deputada não foi privada de todos os seus mecanismos de defesa. Requer ainda, Sr. Presidente, sejam suspensos os atos e resultados dessa publicação até que este requerimento seja enviado à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que emitirá parecer sobre o direito legal da referida Deputada, da ampla defesa e do contraditório terem sido assegurados ou não. Requer ainda, Sr. Presidente, que a Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça permaneça no cargo até que transitem em todas as instâncias, nesta Casa, seus recursos de defesa, conforme o art. 53, VI, que dispõe que os Deputados perderão o mandato só com sentença transitada em julgado. Requer ainda, Sr. Presidente, sejam sustados os efeitos dessa publicação, uma vez que o processo perante o TSE ainda não transitou em julgado e a referida Deputada possui recursos nesse Tribunal que poderão reconduzi-la a qualquer momento. Finalmente, Sr. Presidente, requer ainda, sejam suspensos os trabalhos desta Casa Legislativa até que este Plenário fique ciente do resultado desta questão de ordem e deste requerimento, com parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça. Ao final, peço deferimento de todos os requerimentos aqui apresentados, Sr. Presidente, sob pena de estar havendo um afrontamento à Constituição da República, ao Regimento Interno desta Casa e, acima de tudo, a todos nós, aqui, do Plenário. Era o que tinha a considerar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Responderei ao Deputado, pois essa é uma preocupação não só do Deputado Leonardo Moreira, mas de todos nós, que tivemos a preocupação e o zelo em atender ao Regimento Interno, à Constituição Mineira, à Constituição Federal e também em consultar o Regimento Interno da Câmara Federal. Portanto, obedecemos a todos os prazos. Esta Casa concedeu à ilustre Deputada todos os prazos para ela apresentar sua defesa. Ela apresentou sua defesa.

Nos termos do inciso V do art. 53 do Regimento Interno desta Casa, perderá o mandato o Deputado quando assim o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República. Nos termos do § 2º desse mesmo artigo, a perda será declarada pela Mesa da Assembleia, de ofício, ou por provocação de qualquer dos Deputados ou de Partido representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

Passarei a ler a Decisão da Mesa, para conhecimento do nobre Deputado: (- Lê Decisão da Mesa, que foi publicada na edição do dia 11/6/2009.).

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, V. Exa. leu o art. 53, que trata da perda de mandato de Deputado. Conforme foi lido: "Perderá o mandato o Deputado: V- quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República". Mais abaixo, o § 2º estabelece que, nesse caso, a perda será declarada pela Mesa, de ofício, ou por provocação de qualquer Deputado. A Mesa declarou de ofício a perda do mandato, na forma do Regimento. O Deputado Leonardo Moreira levantou aqui uma questão de ordem, trazendo-nos alguns incisos da Constituição da República. Obviamente, todos sabemos que a Constituição República está acima de qualquer regimento. Ela estabelece, de maneira muito clara e textual, que não será condenada a perda de direito aquele que não tiver os seus processos transitados em julgado. Ora, no caso específico da Deputada Maria Lúcia Mendonça, ela impetrou um último recurso no TSE, o qual ainda não foi julgado. Se não me engano, será julgado hoje ou amanhã. A leitura de hoje da declaração da perda de mandato da Deputada representa uma perda de direitos que está infringindo frontalmente a Constituição da República. A minha questão de ordem diz respeito à necessidade de agirmos com cautela, como se faz no Judiciário quando há o "fumus boni iuris", quando há o "periculum in mora", porque se trata de uma decisão que depois será irrevogável. Não somos contrários nem ao parecer de V. Exa. nem às observações trazidas à baila, pelas razões que todos conhecemos. Apenas por cautela, que se suspenda a publicação, a realizar-se amanhã, da declaração da perda de mandato da eminente Deputada; que a Mesa se reúna amanhã em caráter de urgência e estude a questão com a Procuradoria da Assembleia Legislativa, para concluir se essa decisão é efetivamente acertada e se não há nenhum descumprimento da Constituição da República. Se chegarmos a essa conclusão, temos de obedecer ao Regimento e às leis. Mas não podemos nos açodiar. No meu entendimento, afrontamos a Constituição da República. Por isso, acho que devemos suspender a publicação, amanhã, da declaração da perda de mandato da Deputada no "Minas Gerais". Depois que a Mesa se reunir com a Procuradoria e a Consultoria da Casa e verificar que é o caso de proceder à publicação, que isso seja feito no dia seguinte. Esse é o meu requerimento.

O Sr. Presidente - Deputado Lafayette de Andrada, de acordo com o art. 257 do Código Eleitoral, os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo. Não há, pois, efeito suspensivo mediante a simples interposição de recurso ordinário. Faz-se mister a propositura de medida cautelar e decisão liminar favorável ao pleito do autor. Com relação ao art. 5º, LV, do Documento Fundamental, cumpre dizer que, no âmbito da Assembleia Legislativa, a Deputada teve sua defesa assegurada, e, se houve algum prejuízo ao contraditório e à ampla defesa na esfera da Justiça Eleitoral, somente ao Poder Judiciário compete corrigir a irregularidade.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, V. Exa. está lendo um texto do Código Eleitoral. Estou referindo-me à Constituição da República, que está acima do Código. Minha indagação diz respeito ao fato de estarmos afrontando a Constituição da República ou não. Como existe um "periculum in mora", que não sejamos açodados, que façamos a reunião a que me referi amanhã pela manhã ou à tarde. Está havendo essa afronta? Se houver, depois não há volta. Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Ninguém será prejudicado se postergarmos essa publicação de amanhã. O requerimento propõe esse questionamento: estamos ou não afrontando a Constituição? Decide-se isso amanhã. Se for julgado que não, no dia seguinte, publique-se a decisão. Mas que a publicação não seja feita amanhã. Essa é a questão de ordem que faço, por entender que estaríamos afrontando a Constituição da República.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, é interessante a observação do Deputado Leonardo Moreira, que nos remete a uma reflexão constitucional e jurídica. Não estamos, em momento algum, discordando da decisão do Poder Judiciário. Aliás, ordem do Poder Judiciário tem de ser cumprida e não, discutida. "Ad cautelam", está tramitando hoje, no Tribunal Superior Eleitoral, um recurso que está na mesa da Deputada Maria Lúcia Mendonça, buscando um entendimento novo, tendo em vista a decisão tomada monocraticamente e comunicada a esta Casa. É muito importante o tratamento efetivamente, em primeiro lugar, "ad cautelam"; não estamos aqui "jus esperiante". Acatamos a decisão de V. Exa. como relator, mas entendemos oportuno, em obediência à Constituição, que prevaleça também o sagrado e amplo direito de defesa da Deputada, que se esgotem todas as instâncias de decisão. Ainda podemos ter, na noite de hoje ou amanhã, uma decisão relativa ao novo recurso que já foi impetrado. Acompanhei a Deputada na semana passada, em Brasília. Esse recurso está pronto para, com certeza, originar uma nova definição jurídica. Então, "ad cautelam", deixamos claro que não podemos, neste momento, discutir com base no pé frio da

letra. Sabemos que a perda de um mandato por uma parlamentar é muito difícil e onerosa, sem dúvida alguma. Então, antes de publicar a decisão a partir de quinta-feira, 48 horas depois da decisão da Mesa, que pelo menos se esgotem todas as vias legais. Temos recursos ainda antes do trânsito em julgado, os quais não temos pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Se assim faço, Sr. Presidente, é por total respeito a V. Exa., pelo respeito e pelo conhecimento da decisão da Mesa, que nos remete a essa nova discussão. É importante esperarmos, porque temos ainda um recurso para ser decidido e, conseqüentemente, não temos decisão com trânsito em julgado relativa a este caso. Vamos, com certeza, buscar um novo encaminhamento para esse caso.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, trata-se de uma questão constitucional. Como Deputados e por grande parte de nós ser também operador do Direito, seria interessante que suspendêssemos a sessão por 10 minutos, para que a conversa pudesse se dar em um nível mais elevado.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 2.771/2008, que recebeu substitutivos e emenda na ordinária realizada hoje, à tarde, e foi devolvido à Comissão de Meio Ambiente, para parecer.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda. - Coopervás. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.856/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.985/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.872/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.089/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Divino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.089/2009 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Às 8h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a situação habitacional no Município de Itabira e as denúncias de práticas de constrangimento, por parte da Vale do Rio Doce, contra possuidores de imóveis nas proximidades da sua área de atuação e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria das Graças Carvalho Lima, Secretária de Ação Social de Itabira e representante do Sr. João Izael

Querino Coelho, Prefeito desse Município; e Márcia Ferreira de Jesus, 2ª-Secretária da Associação dos Moradores do Bairro Drummond, em Itabira; e os Srs. Mauro Márcio de Alvarenga, Coordenador de Assistência Jurídica de Itabira; Adilson Gualberto Campos, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Drummond, nesse Município; Carlos Francisco Benorio Gueiros, advogado da referida Associação; e Antônio Peixoto de Melo, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Rêmoló Aloise e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes e Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - no Rio Santo Antônio, em Ferros, e apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Anderson Marques, analista ambiental da Superintendência da Região Central Metropolitana, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho; Dorgival da Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Leste Mineiro - Supram Leste Mineiro; Raimundo Menezes de Carvalho Filho, Prefeito Municipal de Ferros; Vereador José Hermínio de Andrade, Coordenador do Codema de Ferros; Tereza Cristina Silveira, Presidente da ONG Associação de Defesa de Desenvolvimento Ambiental de Ferros - Addaf -; e Beatriz de Aquino Ribeiro Lisboa, bióloga e analista ambiental do Instituto Chico Mendes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Após a retirada dos Deputados Rêmoló Aloise, Adalclever Lopes e Fábio Avelar, a Presidência registra a inexistência de quórum para continuação dos trabalhos ordinários da reunião, agradece o comparecimento dos convidados e dos demais participantes pelos vários subsídios fornecidos, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2009.

Tiago Ulisses, Presidente - Elmiro Nascimento - Ronaldo Magalhães - Célio Moreira.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora, Lafayette de Andrada e Domingos Sávio (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Neider Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Júlio César de Araújo Nogueira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; Daniel Alves Natalize, Coordenador de Parcerias Estaduais do CNPQ; Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal; Rufino Correia Santos Filho, Diretor do Programa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Guilherme Simões Neves, Prefeito Municipal de Serro (28/5/2009); Anderson de Vasconcelos Chaves, Superintendente Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba; e da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão (29/5/2009). A seguir, comunica que está aberto até o dia 10/6/2009 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.337/2009. A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.936/2009 (Deputado Zé Maia), no 2º turno; e 3.316/2009 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno. O Deputado Domingos Sávio se retira da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.297/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio); 2.872/2008 e 3.188/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 3.008/2009 (relator: Deputado Inácio Franco); e 3.089/2009 (relator: Deputado Juarez Távora), todos na forma do vencido no 1º turno; 2.243/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 3.057/2009 (relator: Deputado Antônio Júlio) e 3.226/2009 (relator: Deputado Inácio Franco). O parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.936/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno (relator: Deputado Zé Maia), tem a discussão adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, aprovado pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.987/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. O Projeto de Lei nº 3.316/2009 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.910/2009. Os Deputados Inácio Franco e Neider Moreira se retiram da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Lafayette de Andrada em que solicitam sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater, respectivamente, os Projetos de Lei nºs 2.936/2008 e 2.987/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2009.

Jayro Lessa, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Inácio Franco - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

ATA DA 12ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, as denúncias descritas pelo Vereador do Município de Raul Soares, Ramiro Andrade Grossi, à Comissão, sobre supostas práticas delituosas executadas pelo Detetive da Polícia Civil Edeilson Carlos Araújo. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs.

Altivo de Souza Melo, Vice-Prefeito Municipal de Raul Soares, representando Vicente de Paula Barbosa, Prefeito Municipal de Raul Soares; Eimard Rodrigues Ribeiro, Vereador do Município de Raul Soares e Presidente da Câmara Municipal; Ramiro Andrade Grossi, Vereador do Município de Raul Soares; Walter do Rosário Souza Felisberto, Chefe do 12º Departamento de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; João Xingó de Oliveira, Delegado Regional da 36ª DRPC em Caratinga; João Lopes de Sá Neto, Delegado da Comarca de Raul Soares; Emerson Henrique do Prado Martins, Promotor de Justiça da Comarca de Raul Soares; Carlos Magno Fernandes Grossi; Helbert Alexandre do Carmo, Delegado Adjunto, representando Geraldo de Moraes Júnior, Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Braulio Braz - Sebastião Costa.

#### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Gomes. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: cartão da Sra. Ana Luiza Nabuco Palhano, Secretária Adjunta de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e ofício da Sra. Vera Lúcia Guardieiro, Prefeita de Conquista, publicados no "Diário do Legislativo", de 28/5/2009. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.723/2007, no 2º turno, do qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.292/2009 (relatora: Deputada Cecília Ferramenta), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.896, 3.900, 3.901, 3.902, 3.903, 3.904, 3.919, 3.935, 3.936 e 3.937/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Gomes em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir a regulamentação da Lei Federal nº 11.288, de 24/12/2008; Paulo Guedes em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Salinas para debater a aplicação dos recursos financeiros repassados ao Município pelos governos estadual e federal no período de 2005 a 2008; Wander Borges e Ademir Lucas em que solicitam seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a instalação de terminais metropolitanos no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Carlos Gomes - Wander Borges.

### ORDENS DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/6/2009

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para posse do Deputado Duarte Bechir.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 16/6/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.369/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 38/2008, do Deputado Weliton Prado; Projetos de Lei nºs 2.396/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.128/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 3.154/2009, do Tribunal de Justiça; 3.230/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.239/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.303/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.323/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.338/2009, do Governador do Estado; 3.351 e 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.356/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.364/2009, do Deputado Tiago Ulisses; 3.365/2009, do Deputado Rômulo Veneroso; 3.367/2009, do Governador do Estado; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.844/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 3.175/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.234/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.339/2009, do Governador do Estado; 3.349/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.350/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.358 e 3.360/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.366/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 3.373/2009, do Deputado Padre João; 3.375 e 3.376/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.380/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.385/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.388/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.390/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/6/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros.

Finalidade: discutir os valores cobrados pelos serviços de remoção de veículos apreendidos pelo Detran-MG e pela BHTRANS.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/6/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos, junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre os problemas enfrentados por proprietários de imóveis no Município de Itaúna para obter ligação de energia elétrica.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.968/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.982/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado; e 4.000/2009, do Deputado Weliton Prado.

Finalidade: prestar informações sobre a política de segurança no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.879 e 3.926/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.931/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.960 e 3.962/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.997/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 16/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 16/6/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica; 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica; 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce; e 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; e os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 16/6/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública com convidados, a Lei de Incentivo ao Esporte, o investimento em Minas Gerais para a realização da Copa 2014 e outros assuntos correlatos e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2009.

Deiró Marra, Vice-Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar, no 1º turno, parecer sobre emendas ou substitutivos ao Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.009/2009

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Amar e Renascer – Aamar –, com sede no Município de Itamarandiba.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.009/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Amar e Renascer, com sede no Município de Itamarandiba, que tem como finalidade apoiar pessoas viciadas na ingestão de bebidas alcoólicas ou drogas ilícitas.

Na consecução de sua finalidade, oferece apoio psicológico e social aos toxicômanos, alcoólatras e seus familiares, por meio de trabalhos em grupo, palestras e atividades similares; busca a conscientização da sociedade sobre os danos causados por substâncias tóxicas e pelo álcool, por meio de movimentos esportivos, culturais e educacionais; promove o crescimento individual, tendo em vista melhorar o estilo de vida das pessoas em tratamento, unindo terapeutas e a comunidade interessada em ajuda mútua.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade alterar o art. 1º para corrigir o nome da entidade, de acordo com a forma consignada no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.009/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2009.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.557/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Deputada Gláucia Brandão, o Projeto de Lei nº 2.557/2008 dispõe sobre a obrigatoriedade de os terminais rodoviários manterem cadeiras de rodas à disposição de pessoas portadoras de deficiência ou circunstancialmente necessitadas do uso desse equipamento e dá outras providências.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação

Social, que, em sua análise do mérito, opinou pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em comento tem como propósito obrigar os terminais rodoviários a pôr à disposição, gratuitamente, cadeiras de rodas para as pessoas que necessitam desse equipamento.

Segundo o autor, a finalidade da proposição é facilitar o embarque e desembarque de pessoas com dificuldades de locomoção no trajeto até o ônibus ou entre este e o veículo que os transportará. O autor ressalta ainda que esse equipamento não tem custo elevado.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça alega que a Constituição da República, em seu art. 227, II, e a Estadual, em seu art. 224, consignam dispositivos voltados para a proteção do portador de deficiência, o que legitima a elaboração da proposição. Mas a Comissão apresentou a Emenda nº 1 por entender ser necessária a supressão do comando constante no "caput" do art. 2º, segundo o qual o custo da implantação da lei ficaria a cargo das empresas concessionárias de terminais rodoviários.

A Comissão do Trabalho corroborou o parecer da Comissão de Justiça e destacou a relevância do mérito do projeto, pois tornar disponíveis cadeiras de rodas às pessoas com necessidades especiais irá proporcionar-lhes mais autonomia e independência, tendo em vista as peculiaridades a que estão sujeitas.

No que respeita a esta Comissão analisar, informamos que a medida legislativa que se pretende instituir pela proposição em exame já se encontra prevista na Lei nº 11.666, de 1994. Essa lei, que trata de edifícios de uso público, conceito que inclui os terminais rodoviários, no art. 3º, § 4º, obriga a disponibilização gratuita de cadeiras de rodas aos deficientes e idosos. Adicionalmente, o art. 3º, § 5º, determina que seja aplicada multa diária no valor de até 2.000 Ufemgs caso a norma não seja cumprida. Além do mais, a fórmula de cálculo do quantitativo de cadeiras de rodas que deverão ser disponibilizadas, definida no parágrafo único do art. 1º da proposição em análise, e as características técnicas das cadeiras de rodas, definidas no § 1º do art. 3º, são assuntos a serem normatizados por regulamento.

Porém, ressaltamos que o § 4º do art. 3º da Lei nº 11.666, de 1994, além de não considerar as pessoas que necessitam temporariamente da cadeira de rodas, utiliza um comando vago ao dizer que é "obrigatória a indicação do local de sua retirada". Na prática, a comunicação do local em que se podem retirar as cadeiras de rodas não é eficaz, pois normalmente apenas alguns funcionários do terminal rodoviário sabem que esses equipamentos estão disponíveis e onde se encontram. Já o art. 3º do projeto define como será realizada essa comunicação, por meio da afixação de placas e cartazes em lugares visíveis. Assim, fica evidente a necessidade de se alterar a lei vigente para que atenda às necessidades dos interessados.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, o projeto não gera despesas para o cofre público estadual e não tem impactos na Lei Orçamentária, pois todos os terminais rodoviários nas cidades mineiras são particulares ou administrados pelos Municípios. Além do mais, o custo da cadeira de rodas imposto pelo projeto é irrelevante se comparado com o benefício que traz para a sociedade.

Assim, apresentamos o Substitutivo nº 1, que altera a Lei nº 11.666, de 1994, que já regula a matéria de que trata a proposição.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.557/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos.

Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dá nova redação ao § 4º do art. 3º da Lei nº 11.666, de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 4º do art. 3º da Lei nº 11.666, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - (...)

§ 4º - Será mantida, para uso gratuito do portador de deficiência, do idoso e de quem dela necessitar, cadeira de rodas ou outro veículo que lhes possibilite a locomoção, sendo obrigatória a indicação do local de sua retirada por meio de fixação de placas ou cartazes em locais visíveis nas entradas dos edifícios de que trata esta lei."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2009.

Jayro Lessa, Presidente - Inácio Franco, relator - Lafayette de Andrada - Juarez Távora - Adelmo Carneiro Leão.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.966/2009

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas.

Publicada em 5/2/2009, a proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Cumpre, agora, a esta Comissão, analisar o mérito do projeto, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em análise pretende enquadrar na categoria de manejo Monumento Natural a Área de Proteção Especial da Região da Gruta Rei do Mato, localizada no Município de Sete Lagoas, visando à sua adequação aos termos da Lei Federal nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Snuc -, e à sua regulamentação.

Entre outras definições, a lei do Snuc instituiu as categorias de manejo das unidades de conservação que compõem o sistema, além de determinar que as áreas protegidas criadas com base em legislações anteriores e que não pertencessem a nenhuma de suas categorias deveriam ser reavaliadas para se adaptarem aos moldes dessa lei. Nessa situação se encontram as Áreas de Proteção Especial, criadas pelo governo estadual visando à proteção de mananciais ou do patrimônio natural e arqueológico, como ocorreu com a região da Gruta Rei do Mato, em 1984.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça analisou documentos recebidos do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, avaliando que o enquadramento da referida área em uma categoria prevista pelo Snuc imprimirá maior rigor na proteção dos bens ambientais e culturais da Gruta Rei do Mato e de seu entorno, concluindo pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposição.

Conforme indicam esses documentos, denominados "Nota Técnica sobre a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato e sobre a definição de sua nova categoria de manejo" e "Relatório de Vistoria: Adequação da Área de Proteção Especial Gruta Rei do Mato ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (enquadramento)", a região apresenta a característica de sítio natural singular, de notável beleza cênica, o que justificaria seu enquadramento na categoria de manejo Monumento Natural.

Essa caracterização se deve ao fato de ali estar localizado um importante maciço calcário, parte da unidade geológica denominada Supergrupo Bambuí, presente na Bacia do Rio das Velhas, onde se desenvolveu notável relevo cárstico, marcado pelas feições monumentais de seus paredões, torres, verrugas, lapíás, dolinas, uvalas, entre outras. A região da Gruta Rei do Mato apresenta ainda cobertura vegetal de transição peculiar às encostas e vales calcários e à região central do Estado, além de fauna marcada por pássaros, roedores, morcegos e seres de vida exclusivamente subterrânea.

Esse patrimônio, contudo, se vê lesado por séculos de influência humana, principalmente a ocorrida após o século XVII, com a exploração das lavras de ouro e diamante, as atividades agrícolas e industriais e a constituição das cidades. Mais recentemente, mesmo após a criação da área de proteção especial na região, a gruta sofreu significativos impactos antrópicos, a exemplo da disseminação de espécies exóticas de gramíneas no entorno da cavidade, das pichações sobre formações rochosas e painéis de pinturas rupestres, da pavimentação e construção de passarelas que impedem o escoamento natural da água, da extração irregular de terra no interior da área protegida, entre outros.

Assim, entendemos que o enquadramento da área na categoria Monumento Natural, aliado à administração da área pelo IEF, em cooperação com o Município de Sete Lagoas, com organizações não governamentais e com outras instituições, conforme dispõe o projeto em tela, deverá implicar um controle mais rígido na proteção de um patrimônio natural e arqueológico tão singular, mitigando os impactos verificados e evitando novas ocorrências danosas.

Cabe destacar, a título de registro, o recebimento de correspondência pelo relator, oriunda do Ministério Público de Minas Gerais, a qual dá conta de que a autorização legal que se pretende conceder ao IEF para desapropriação da área em análise recai sobre propriedade já desapropriada pelo Município de Sete Lagoas. Entretanto, em consulta formulada ao setor jurídico desta Casa, foi-nos informado que não há óbice legal em haver desapropriação, pelo Estado, de área pertencente a Município.

Desse modo, entendemos não haver empecilho para a aprovação do projeto na forma proposta.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.966/2009 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente e relator - Sávio Souza Cruz - Maria Tereza Lara.

### CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

#### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 10/6/2009, a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Carlos Magalhães Neto, 2º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando a publicação "Legislação Concorrente sobre o Meio Ambiente", iniciativa do Programa de Interação Legislativa da Câmara dos Deputados. ( - À Comissão de Meio Ambiente.)

Da Sra. Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, convidando o Presidente e os demais Deputados desta Casa para participar da discussão do Novo Plano Nacional de Educação: Educação, Sociedade e Cidadania, em 30/6/2009, às 14 horas, em videoconferência, que será transmitida para todas as Assembleias Legislativas do País.

Do Sr. Nivaldo Oliveira de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Passos, e outros Vereadores dessa Casa Legislativa, encaminhando reivindicação dos servidores estaduais desse Município com vistas a que o Ipsemg preste assistência médica a esses servidores utilizando a

infraestrutura e o corpo médico da Santa Casa de Misericórdia de Passos. ( - À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Juracy Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos (SP), encaminhando a moção de apoio, formulada por essa Casa Legislativa em atenção a requerimento dos Vereadores Silas Faria de Souza e José Izidro Neto, à Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 300/2008, do Deputado Arnaldo Faria de Sá. ( - À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Leonardo Vinhas Ciacci, Presidente da Câmara Municipal de Varginha, encaminhando indicação do Vereador Rogério Bueno, aprovada por essa Casa, na qual solicita a intercessão desta Assembleia com vistas à implantação da gestão plena da educação nos Municípios. ( - À Comissão de Educação.)

Do Sr. Helinton José Rocha, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (substituto) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando a celebração de convênio entre esse órgão e a Associação Brasileira dos Criadores do Cavalão Mangalarga Marchador, bem como a liberação dos respectivos recursos financeiros. ( - À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Sônia Maria Gandra Silva, Gerente Regional de Negócios da CEF, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Transportes. ( - À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rodolfo Guimarães Filho, Superintendente de Apoio à Infraestrutura Municipal da Secretaria de Transportes (3), dando ciência dos convênios celebrados por esse órgão nos meses de dezembro de 2008, janeiro, abril e maio de 2009. ( - À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Anderson de Vasconcelos Chaves, Superintendente Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf -, informando a liberação de recursos financeiros referentes à segunda parcela do convênio que menciona. ( - À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Antônio Baêta de Melo Caçado, Promotor de Justiça, pedindo providências para a análise da conveniência e oportunidade da edição de lei que conceda entrada gratuita nos estádios, ginásios esportivos e parques aquáticos às pessoas portadoras de deficiência. ( - À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do termo de convênio que menciona, bem como cópia da ordem bancária e do extrato publicado no "Diário Oficial da União". ( - À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Maria Efigênia Lage de Resende, Presidente do Conselho Estadual de Arquivos - CEA -, pedindo providências para a indicação de dois representantes desta Casa para integrarem, como membros titular e suplente, o referido Conselho.

Do Sr. Roberto Apolinário de Castro, Juiz de Direito da Comarca de Governador Valadares, informando que o Sr. Dheivid Torres Barbosa encontra-se proibido de contratar com o poder público, bem como de receber benefícios fiscais. ( - À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Saulo Levindo Coelho, Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte, encaminhando o "Relatório Anual e Balanço Social 2008" do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte, bem como o "Relatório de Gestão 2008" do Santa Casa Saúde. ( - À Comissão de Saúde.)

#### CARTÃO

Do Sr. Alberto Duque Portugal, Secretário de Ciência e Tecnologia, encaminhando o "Relatório de Atividades 2008" dessa Secretaria. ( - À Comissão de Educação.)

#### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 15/6/2009, a seguinte correspondência:

#### OFÍCIO Nº 31/2009

Do Sr. Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, comunicando que o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, permanecerá em viagem oficial aos Estados Unidos até 15/6/2009.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/6/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando José Inaldo Júnior para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Lindomaura Alves da Silva do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado

Delvito Alves, vice líder do Governo;

nomeando Rita de Cássia Batista Foletto para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Delvito Alves, vice líder do Governo.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Sandrine Marie Gonçalves Pujol Carone do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Movimento Ecológico e Cultural do Vale do Piranga. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis: 2 cadeiras fixas - registros patrimoniais nºs 010.134 e 010.846 - avaliadas em R\$20,00 cada; 1 impressora jato de tinta, marca HP - registro patrimonial nº 016.701 - avaliada em R\$100,00; 3 mesas secretárias de sucupira - registros patrimoniais nºs 004.156, 004.359, 004.800 - avaliadas em R\$70,00 cada; 1 microcomputador marca Itautec - registro patrimonial nº 022.624 - avaliado em R\$250,00. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unibanco AIG Seguros S.A. Objeto: contratação de seguro coletivo de acidentes pessoais, para o limite de 375 estagiários da ALMG. Vigência: 12 meses a partir de 1º/7/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009(3.3.90.39).

#### ERRATAS

##### ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/6/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/6/2009, na pág. 75, col. 4, sob o título "Ofícios", substitua-se o resumo dos ofícios da Sra. Renata Vilhena pelo que se segue.

"Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (3), prestando informações relativas ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2009 e ao Projeto de Lei nº 3.284/2009, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça, e ao Projeto de Lei nº 2.962/2009, em atenção a pedido da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexem-se aos respectivos projetos.)"

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação com o título em epígrafe verificada na edição de 11/6/2009, pág. 84, col. 3, onde se lê:

"nomeando Lucas Diego Santana de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas", leia-se:

"nomeando Lucas Diego Santana de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas".